

David Wheat (2016), *Atlantic Africa and the Spanish Caribbean, 1540-1640*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 332 pp., ISBN 978-1-4696-2341-2.

David Wheat concluiu o seu primeiro grau universitário (*Bachelor of Arts*) em Inglês, com menor em Espanhol, em 1999, no *Rhodes College*, em Memphis, Tennessee. Realizou os seus estudos de doutoramento em História na *Vanderbilt University*, sob a supervisão da Professora Jane Landers, que concluiu com o grau de *Ph.D. History* em 2009. Hoje é *Associate Professor de História*, em *Michigan State University*, com interesses na América Latina, Caraíbas, África e Mundo Ibérico.

O autor realizou pesquisas no *Archivo General de Indias* (Sevilha), no *Archivo Nacional de la Nación* (Bogotá), no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), na catedral de Havana, e *Archivo Nacional de Cuba*.

David Wheat foi o primeiro académico a documentar a migração desde 1570 a 1640 de escravos negros que, saindo da costa ocidental africana para as Caraíbas, provocou características sociológicas muito particulares na colonização das Caraíbas. A originalidade da abordagem de David Wheat mereceu um bom acolhimento e a atribuição, em 2017, dos seguintes prémios: o *Harriet Tubman Book Prize* do *Lapidus Center for the Historical Analysis of Transatlantic Slavery*, e o *James A. Rawley Prize* da *American Historical Association*.

O interesse especial desta obra consiste no facto de se centrar num período histórico que compreende a detenção das coroas ibéricas de Castela e Portugal pelo mesmo monarca da Casa de Habsburgo, período para o qual a documentação se encontra extremamente dispersa por numerosos arquivos, não só da Península Ibérica, mas de vários países, cujos territórios, nesta época, eram territórios ultramarinos da Coroa dos monarcas da Casa de Áustria.

Uma das contribuições desta obra foi documentar como, perante o declínio catastrófico da população autóctone, e com a fraca migração de população da Ibéria para as Caraíbas, a migração forçada de africanos subsaarianos, concretizou funções importantes nesta colonização. Neste âmbito, é importante sublinhar que esta obra contesta duas noções há muito repetidas na historiografia: (i) que os principais destinos para as colónias nas Caraíbas coincidiam com os locais de produção de açúcar; e (ii) que o tráfico de escravos para o continente americano estava subordinado principalmente à produção agrícola ou à indústria extrativa.

No primeiro capítulo, dedicado aos Rios da Guiné, a narrativa centra-se na geografia da costa ocidental africana, do Senegal até à Serra Leoa. Neste

capítulo foi feita uma análise de alguns reinos, e das muitas e variadas etnias de escravos identificadas no continente americano. Foi analisada a importância dos conflitos interétnicos no fornecimento de escravos africanos, e a importância do porto de Cacheu e das ilhas de Cabo Verde neste comércio.

O segundo capítulo, focado em Angola, é perfeitamente justificado pelo facto de, desde 1620, ser de Angola a origem maioritária dos africanos exportados para o continente americano. De Angola se descreve a origem dos escravos que foram desembarcados nas colónias espanholas. Alguns dados recolhidos em arquivos do continente americano complementam informações já conhecidas da elite comercial de Luanda. Uma nota de rodapé, a respeito dos filhos do capitão-mor João de Viloria Pinto e de Isabel de Oliveira Corte Real, insere Duarte Mendes de Oliveira, o que é mera especulação, e não se encontra confirmado pela fonte evocada.

O terceiro capítulo desenrola-se em torno dos tangomãos e dos luso-africanos. Tangomão é um termo usado na aceção de mercador ibérico ou cabo-verdiano que passou mais de um ano em África, adquirindo um conhecimento profundo dos povos africanos, das suas línguas e práticas culturais. Este capítulo clarifica o estatuto dos portugueses no império castelhano da América, distinguindo os nativos do Reino dos Algarves, que eram equiparados aos castelhanos, dos restantes portugueses, tratados como estrangeiros.

No quarto capítulo, *nharas* eram as mulheres mercadoras da costa africana dos Rios da Guiné, e as *morenas horras* (morenas forras), mulheres de cor, que residiam nos portos das Caraíbas espanholas, assim designadas por fontes espanholas. Este capítulo contém várias histórias de *morenas horras*, residentes e proprietárias independentes nas Caraíbas. É particularmente relevante este capítulo por documentar o papel empreendedor destas mulheres no âmbito dos serviços de restauração e alojamento no século XVI e inícios do século XVII, algumas das quais detentoras de escravos e, eventualmente, de terra.

O quinto capítulo desenrola-se em torno dos camponeses negros. Refere-se que os migrantes ibéricos para as colónias castelhanas não queriam ocupar-se da agricultura, como era atividade preponderante na Península Ibérica, pelo que coube aos migrantes oriundos de África criar gado, aves e preparar áreas para cultivo, cortar madeira, e realizar as colheitas agrícolas de natureza alimentar.

O sexto capítulo aborda o tema da latinização dos escravos negros trazidos para as Caraíbas castelhanas. A aculturação, forçada a estes africanos, impunha-lhes um conhecimento de línguas faladas na Ibéria, uma familiarização e adoção das tradições católicas. Consoante o grau de aculturação, um africano era classificado como *bozal* (não aculturado) ou *ladino* (latinizado), de um extremo ao extremo oposto da escala. Na realidade, a maior latinização dos escravos

negros nas Caraíbas desempenhou um papel estrutural no apoio à colonização espanhola nas Caraíbas.

Na conclusão desta obra, o autor sublinhou o facto de, no final do século XVI, a população das colónias espanholas nas Caraíbas apresentar-se mais “uma sociedade de escravos” do que “uma sociedade com escravos”. Não obstante, o trabalho escravo e grandes empreendimentos de tráfego negreiro subsistiram nestas colónias. Antes de 1570 já os africanos tinham substituído a população ameríndia, como força de trabalho.

Tendo em conta o objetivo último de David Wheat, este livro apresenta-se bem estruturado, embora, em determinados capítulos, a minúcia se revele um tanto excessiva. Trata-se, sem dúvida, de uma notável contribuição para reconstituir o tráfego negreiro para o continente americano, no período de 1570 a 1640.

Teria sido enriquecedor se o autor tivesse mencionado que os primeiros escravos que chegaram às Caraíbas em 1502, e aos restantes destinos da América Espanhola, saíram de Espanha, e só a partir de 1518 é que passou a ser autorizado o envio direto de escravos, a partir de África ou de outros portos europeus, para a América espanhola. Durante a primeira metade do século XVI cerca de 32.400 escravos foram embarcados com destino ao Brasil, enquanto 31.700 escravos saíram de Espanha com destino às colónias espanholas na América. Destes 64.100 escravos 89% eram, de facto, originários da região subsaariana entre o rio Senegal e Serra Leoa.

No capítulo terceiro deste livro teria sido importante explicar que os grandes lucros gerados no comércio de escravos levaram, desde 1500, alguns europeus, uns cristãos e outros cristãos novos, de origem judaica, a fixarem-se em África, a quem foi dada a designação de “lançados”, ou “tangomãos”. A maior parte destes tangomãos casou com mulheres africanas, muitas das quais filhas de chefes locais, o que os tornou agentes privilegiados para o tráfico de escravos.

A referência de David Wheat de que, só uma década depois da fundação de Luanda, Angola começar a exportar largos números de escravos africanos, pode dar uma ideia errada acerca do comércio negreiro com origem em Luanda. Na verdade, quando Paulo Dias de Novais chegou à baía de Luanda, em 1575, já encontrou quarenta homens portugueses muito ricos, que se dedicavam ao comércio de escravos. São Paulo da Assunção de Luanda só seria fundada em 1576.

JORGE MANUEL BOAVIDA FERNANDES DINIZ

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

jmbfdiniz@gmail.com